

**Margarida Calafate Ribeiro and Ana Paula Ferreira, eds.  
*Fantasmias e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo. Porto: Campo das Letras, 2003.***

Claire Williams

This extremely important and varied collection of essays includes papers presented at two interdisciplinary conferences that were held at King's College London in 2000 and 2001 as part of a series on European identities and former empires. Although excluded from Said's canonical texts, like the Spanish empire, the Portuguese empire was one of the most interesting and unusual, not least because the Portuguese penetrated first and furthest into new territories and wrote detailed accounts of their travels and encounters. Due above all to the language barrier, Portuguese colonial and postcolonial experiences and materials have been neglected by international critics and theorists dealing with globalisation and empire, apart, maybe, from in the works of Boaventura de Sousa Santos, Maria Alzira Seixo, and Paulo de Medeiros.

The processes of winning, managing, defending, and finally losing their sovereignty in far-flung territories marked the Portuguese sense of national and personal identity irreparably, as the fifteen essays in this collection show. They (psycho)analyse the relics and ghosts haunting contemporary literature and the visual arts, history and philosophy, historiography and anthropology, memoirs and travel narratives. The strength of the collection is in its variety, its attention to all the corners of the former empire (in Africa, Asia, and South America) and the use of postcolonial theories to reveal and confront the dreams lost and traumas exposed, especially by the colonial wars and the events of the immediate post-Revolutionary period. References in the introduction and the chapters themselves remind the reader how the lost empire constantly resurfaces in public events such as the 1998 Lisbon Expo and the 2000 commemorations of 500 years since the "discovery" of Brazil.

The impressive list of essayists is composed of experts in the area from Europe and the United States, and well-known and highly esteemed members of Portuguese academic circles. Some of the contributors (Lisboa, Sousa

Rebelo, Medeiros, Brookshaw, Owen, Rothwell, Bastos) draw conclusions from close readings of one text, writer or artist; others use the evidence of several texts to consider a common concept (Ribeiro, Bethencourt, Vecchi, Jackson, Vakil); and others work at a more theoretical level (Lourenço, Labanyi). The excellent introduction, in particular, provides an extremely useful history (and bibliography) of the evolution of postcolonial theory in Portugal, suggesting ways of moving forward rather than dwelling on the past and what has been lost.

One aspect that recurs in several chapters is the misogyny of empire and the strategies used by women writers such as Lídia Jorge (Medeiros), Maria Ondina Braga (Brookshaw), and Teolinda Gersão (Owen), and the painter Paula Rego (Bethencourt, Lisboa) to highlight and criticise it. The focus of such artists on the domestic as a microcosm of the nation, as well as the recourse to nostalgia by means of pseudo-autobiographical narratives/images are further tools by which they comment on the inequalities of the colonial system.

Several of the critics employ psychoanalytic theory in their approaches to the Portuguese experience of the loss of empire and how it surfaces in the contemporary "imaginary" mentioned in the title. Vecchi, for example, believes that there is a need to find symbolic "bodies" in order that mourning, and subsequently closure, can take place. The essays in this volume exemplify the quantity, variety, and complexity of existing material and will surely trigger further research into the area within and outside Portugal and, by discovering and analysing the ghosts and fantasies of empire, help lay them to rest.

Claire Williams is University Lecturer in Brazilian Literature and Culture at Oxford University. A fellow of St Peter's College, she is author of *The Encounter between Opposites in the Works of Clarice Lispector*. Email: claire.williams@mod-lang.ox.ac.uk

## Além-mar: paixões, ambições, ilusões

Começaremos esta crónica por um livro apaixonado, tal como eu gosto: fora do comum, enorme, exótico e inusitado. Em qualquer caso, poderá interessar aos que o quiserem comparar — a alguns séculos de distância — com a *Peregrinação*, ainda que o autor, médico da marinha portuguesa entre 1886 e 1910, não tivesse qualquer pretensão literária. O autor foi, simplesmente, um viajante compulsivo, de caderno de notas em punho. Mas as suas *Imagens do Oriente*<sup>1</sup> revelam-nos um *globe-trotter* igual a tantos outros dessa época que aproveitaram as suas funções para percorrerem o mundo. Durante muito tempo fixado em Macau (dezoito anos), onde casou com uma filha da alta burguesia macaense, o autor descreve no seu manuscrito — recentemente publicado graças à muito louvável iniciativa dos últimos lusófonos locais — as múltiplas escalas e percursos terrestres que realizou nos Estados Unidos, mas sobretudo na China e no Japão (pelo qual tem, tal como Fernão Mendes Pinto, um verdadeiro fascínio), no Sião, na Indochina, nas Filipinas, nas Índias holandesas, na Índia, em Timor, etc. Parece que as páginas que dizem respeito a Moçambique, Angola e Guiné guardam por um editor interessado. Em resumo, qual é o interesse destas impressões de viagem? Em primeiro lugar, elas constituem a visão de um observador, muitas vezes rápido, mas perspicaz, das realidades chinesa e japonesa; em segundo, são uma descrição, por vezes clínica, da administração portuguesa, das intrigas coloniais e da sociedade macaense; em terceiro, são o relato da intervenção da marinha portuguesa na repressão da revolta de Maubara, em Timor, no ano de 1893. Segundo o autor (ou segundo o seu editor), o reino de Manufai ter-se-á revoltado igualmente. Embora seja possível, este facto não é referido em nenhuma das fontes que consultámos

---

<sup>1</sup> António José Gonçalves Pereira, *Imagens do Oriente. Impressões de viagens*, Macau, Museu Marítimo de Macau, 1999, 425 páginas, com numerosas fotografias a sépia e a cores. Tiragem: 500 exemplares.

quando elaborámos o nosso trabalho *Timor en guerre*, Orgeval, Editions Pélissier, 1996 (pp. 123-129). A dúvida é, no entanto, lícita. Por outro lado, o que o livro afirma (pp. 353-360) está em completa contradição com o que em *Timor en guerre* (*op. cit.*, pp.185-188) deduzi das fontes consultadas no que diz respeito à data da morte do «célebre» alferes Francisco Duarte (Arbíru). Em quem acreditar? O nosso médico é um cronista impressionista, não lhe exigimos que seja também um historiador rigoroso.

E, já que estamos entre os fantasmas do Oriente, continuemos com os literários. *Fantasmas e Fantasias Imperiais*<sup>2</sup> fala de uma «geografia do além» (p. 204), nomeadamente da antiga Índia portuguesa. Esta obra não é apenas uma glosa deste ou daquele romance, contendo vários estudos válidos de historiadores (nem sempre muito benevolentes com os colegas) que desconstróem impiedosamente alguns mitos imperiais. Mas estes são tão antigos e estão tão enraizados na mentalidade portuguesa que me pergunto se os eminentes especialistas não se comportarão como Dons Quixotes científicos, preocupados com moinhos de vento e quimeras que podem muito bem vencê-los. Num país que cultivou, durante séculos, dormideiras em todas as escolas primárias, o pesticida que hoje espalham vinte ou trinta ensaístas que procuram desconstruir a gesta imperial parece pouco poderoso para as erradicar. Veremos. Entretanto, é importante ler este livro.

O mesmo comentário pode ser feito em relação a *Humanismos latinos em África*<sup>3</sup> se fecharmos os olhos a alguns exemplos de verbalismo sonoro na qualidade de tribuna internacional: o «bem falar» para dizer banalidades é uma das chagas herdadas da lengalenga africana. Este colóquio realizado em Dacar em Janeiro de 2003 não conseguiu escapar-lhe completamente. Mas esta recolha contém, apesar disso, textos rigorosos. Sem ser exaustivo, refiramos um estudo sobre o tokoísmo em Angola, um outro sobre o relatório Nightingale de 1906 e um terceiro sobre os refugiados angolanos em Itajai (Brasil) que fugiram da guerra civil em 1976 em quatro barcos de pesca. Na verdade, estes navegadores eméritos eram, em parte, cabo-verdianos, transplantados para a costa angolana.

De Cabo Verde, passemos a um livro de um historiador puro e duro que esclarece, finalmente, os amantes das relíquias e da lusofonia no Daomé (aliás Benim). A história social de Ouidah e, por osmose, do estabelecimento luso-brasileiro de S. João Baptista de Ajudá dá um salto decisivo com o texto de Robin Law<sup>4</sup>. Especialista da história do Daomé e do comércio negreiro,

<sup>2</sup> Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (coords.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras, 2003, 310 páginas, com fotografias a preto e branco.

<sup>3</sup> *Humanismos latinos em África: encontros e desencontros*, Treviso (Itália), Fondazione Cassamarca, 2003, 243 páginas.

<sup>4</sup> Robin Law, *Ouidah. The Social History of a West African Slaving «Port», 1727-1892*, 396 Oxford, James Currey Publishers, 2004, xii-308 páginas.

o autor reafrikaniza magistralmente o papel essencial deste porto, o principal ponto de embarque dos escravos da África ocidental (mais de um milhão de pessoas exportadas entre o século XVII e o século XIX). Ao mesmo tempo, o autor oferece-nos uma centena de páginas sobre os brasileiros de Ouidah e a família De Souza, da qual alguns elementos se tornaram os intermediários entre Portugal e o rei Gléglé para alcançar, ambiciosamente, um pseudoprotectorado português (1885-1887) sobre o Daomé. Curiosamente, Law não parece ter consultado dois livros recentes, em português, sobre este «arremedo» tardio do Império que, reduzido a 1 ou 2 hectares, só desapareceu em 1961. Um fantasma colonial que, no entanto, despertou no jornal *Expresso* há alguns anos.

Menos periférico, entremos agora num assunto que mobilizou verdadeiramente uns historiadores — e propagandistas portugueses — obstinados em enaltecerem a evangelização do Congo e a importância deste reino nas relações entre a África e a Europa. Não tenho qualquer competência — nem gosto — para abordar este tema, que me parece, ainda assim, ter sido voluntariamente sobrevalorizado. No entanto, parece-me necessário referir uma tese<sup>5</sup> que tem o mérito de ter sido redigida «a partir de dentro», isto é, por um africano que tem uma palavra a dizer sobre este assunto. À primeira vista, o autor é eloquente e as autoridades religiosas (Roma) e seculares (portuguesas) não saem enaltecidas deste insucesso. Com qualidades de historiador, ainda que, por vezes, se aventure um pouco ligeiramente para além do seu período, sem estudar bem a bibliografia pertinente. No que trata, as qualidades que emergem são a minúcia, a ponderação e um bom conhecimento das fontes italianas, portuguesas e francesas. Extraordinariamente raro num africano francófono, o autor tem em atenção a história política de Portugal da época.

E, já que estamos no Congo e com os congolezes, refiramos um artigo sobre o primeiro angolano na Áustria, publicado na *Indaba*<sup>6</sup>, uma revista austríaca que se interessa pela África austral. Implicado num motim, foi enforcado em Viena em 1704, acusado de rebelião. Mais próximo de nós, mas dizendo sempre respeito a Angola e à sua história, não podemos deixar de mencionar o grosso livro<sup>7</sup> de homenagem, prestada por colegas e admiradores, ao padre Frans Bontinck, bem conhecido dos especialistas da África central e ao qual devemos estudos extremamente eruditos sobre assuntos tão diferentes como a evangelização do Congo, Silva Porto, as viagens dos

<sup>5</sup> Kabolo Iko Kabwita, *Le royaume Kongo et la mission catholique, 1750-1838. Du déclin à l'extinction*, Paris, Editions Karthala, 2004, 487 páginas, com fotografias a preto e branco.

<sup>6</sup> *Indaba*, n.º 43/04, Viena, Southern Africa Documentation and Cooperation Centre, 2004, 28 páginas, com fotografias a preto e branco.

<sup>7</sup> Pamphile Mabiala Mantuba-Ngoma (coord.), *La nouvelle histoire du Congo. Mélanges eurafricains offerts à Frans Bontinck, C. I. C. M.*, Paris, L'Harmattan, 2004, 472 páginas, com fotografias a preto e branco.

Pombeiros, os Jagas, etc., apenas para nos limitarmos às questões angolanas. Destacamos, sobre este tema, alguns artigos deste florilégio sobre a correspondência de Afonso I Mani Kongo acerca da viagem de Max Buchner ao reino lunda, apresentados por dois especialistas. Precisemos igualmente que o padre Bontinck, verdadeiro homem-enciclopédia, constituiu, antes da sua reforma (em 2002), na Bélgica, uma biblioteca histórica privada — mas aberta ao público —, com cerca de 15 000 volumes sobre a África central (e, portanto, sobre o Norte de Angola). Oxalá que, tendo o mestre partido, ela continue a crescer e não desapareça nos mercados de Kinshasa!

*Photographs Objects Histories*<sup>8</sup> pertence a uma categoria de livros em pleno desenvolvimento que se interessa pelo valor documental — e mesmo político — da fotografia. Do Japão à Roménia, das Índias holandesas ao Canadá, os contributos são valiosos. Refiramos apenas o artigo consagrado à fotografia utilizada pela Diamang para homenagear, no seu Museu de Dundo, Lunda, os chefes africanos que forneceram grandes contingentes de contratados. Os retratos eram expostos na sala «História» ou oferecidos aos interessados, sendo esta uma maneira hábil de administrar e de rentabilizar a população local, graças às intervenções dos regedores, que, desta forma, se tornavam auxiliares da Companhia. O velho Plutus, que, para além da bibliofilia, praticava um paternalismo vigilante, chegou mesmo a interditar aos seus empregados o uso da máquina fotográfica, o que numa concessão diamantífera se justificava por razões de segurança e apresentava múltiplas vantagens de natureza diversa.

E, já que estamos no reino da imagem e dos símbolos, sigamos de imediato com uma tese de mestrado inesperada, pois, se a parte «científica» é modesta, a parte mais importante do livro é constituída pelas memórias do autor<sup>9</sup>, antigo comerciante português que veio a ser gerente de uma casa comercial do pai e, mais tarde, responsável por uma rede de lojas no Nordeste do distrito do Uíge, nomeadamente nas regiões de Quibocolo, Maquela do Zombo, Damba, etc. Ou seja, em pleno território da evangelização baptista levada a cabo por missionários anglófonos e entre uma população com tradições comerciais ancestrais. Há tempos lamentei a raridade de memórias publicadas por negociantes, funantes, etc., portugueses em África. Com este livro, essa lacuna é preenchida e, além disso, conhecendo o

<sup>8</sup> Elizabeth Edwards e Janice Hart (coords.), *Photographs Objects Histories. On the Materiality of Images*, Londres, Routledge, 2004, xi-222 páginas, com fotografias a preto e branco.

<sup>9</sup> José Carlos de Oliveira, *O comerciante do mato. O comércio no interior de Angola e do Congo*, Coimbra, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra, 2004, 223 páginas, com fotografias a preto e branco.

autor o quicongo e interessando-se pela etnologia — ou, pelo menos, pelos costumes dos seus clientes e fornecedores locais —, ele constitui uma espécie de crónica familiar e pessoal da vida no sertão nos anos 1950-1960 e, antes disso, em Luanda. O quadro que desenha apresenta particularidades desaparecidas depois de, pelo menos, duas gerações na colonização francesa, belga, alemã e, *a fortiori*, britânica: o contacto permanente e quotidiano do europeu com os aldeãos africanos. Tudo isto está repleto de ensinamentos, mas por que não fala o autor dos acontecimentos entre 1961 e 1974? Quibocolo em 1961 não era o Parque Eduardo VII, nem Bembe o Casino Estoril! Nem em 1961 (cf. René Pélissier, *La colonie du Minotaure*, Orgeval, Editions Pélissier, 1977), nem em 1966 (cf. René Pélissier, *Explorar*, Orgeval, Editions Pélissier, 1979).

Voltemo-nos agora para questões mais políticas com um texto de José Gonçalves<sup>10</sup>, economista angolano que viveu os altos e baixos do movimento democrático em Angola. O autor parece conhecer bem os pequenos partidos que tentaram fazer ouvir a sua voz face aos dois partidos totalitários que dividiram entre si a cena política depois da descolonização. Temos mesmo a impressão de que José Gonçalves militou numa dessas pequenas formações, cujos aparelhos foram esmagados pelos poderosos.

Pelo mesmo editor institucional (ISCTE, Lisboa), abordemos um pequeno estudo<sup>11</sup> que mostra que Cabo Verde, graças à ajuda ao desenvolvimento que recebeu e ao envio de fundos dos seus emigrantes, continua a ser o primeiro da classe na escola dos PALOP, da qual fazem parte um ou dois (ou três ou quatro) miseráveis, dos quais prefiro nem sequer falar.

Ainda mais técnica, refiramos uma avaliação da ajuda concedida pela Dinamarca às populações de deslocados em Angola. Sabendo que existiam 4,1 milhões de angolanos nesta situação em Maio de 2002 (sem falar dos refugiados que estavam fora do país), o leitor deve prestar atenção a algumas estatísticas do relatório<sup>12</sup> sobre a avaliação pormenorizada quanto à eficácia das ONG e das agências da ONU encarregadas de repartirem o dinheiro dos contribuintes dinamarqueses. Realizada no Huambo, Kuito, Luena, Lumeje, Uíge, Bungo, etc., em Julho-Agosto de 2003, esta avaliação é, no seu conjunto, positiva.

<sup>10</sup> José Gonçalves, *O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola*, Lisboa, CEA/ISCTE, Centro de Estudos Africanos, 2004, 34 páginas.

<sup>11</sup> Manuela Cardoso, *Strategies to surpass the vulnerability of the Small Island States with few resources: the case of Cape Verde*, Lisboa, CEA/ISCTE, Centro de Estudos Africanos, 2004, 11 páginas.

<sup>12</sup> *Danish Assistance to Internally Displaced Persons in Angola, 1999-2003*, Copenhaga, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Danida, 2003, 147 páginas, com ilustrações.

Quem não vai ficar satisfeito é Henry Kissinger quando ler o enorme trabalho, demolidor do seu estatuto, apresentado por Jussi Hanhimäki<sup>13</sup>, professor de história e de política internacional em Genebra. Baseando-se numa análise minuciosa das fontes publicadas e em documentos de arquivo, o autor chega à conclusão de que o supremo arquitecto da diplomacia americana viveu a sua «pior hora» (pp. 399-426) em Angola em 1975. Do ponto de vista ético — mas quem é que se preocupa com a ética nas relações Leste-Oeste durante a guerra fria? —, o fiasco de 1975 é inegável para o nosso Dear Henry. Do ponto de vista geo-estratégico, o resultado também não é muito mais brilhante e, no plano humano, 1975 foi uma catástrofe completa para a população local que se traduziu em quase uma geração de guerras. O autor é claro nesta incursão na alta diplomacia, o que talvez espante alguns leitores pouco familiarizados com o papel da China nesta aventura. Mas o historiador deve admitir que, se Castro não tivesse deitado abaixo o castelo de cartas de Kissinger, este talvez tivesse visto a sua estratégia resultar. Com reservas, podemos refazer a história. De qualquer maneira, o livro apresenta numerosos elementos úteis para compreender como os angolanos — e os portugueses — não representavam grande coisa no jogo de Kissinger.

Uma vez que estamos entre as ilusões da alta diplomacia, permaneçamos neste domínio com *Enhancing Global Governance*<sup>14</sup>, que estuda, entre outros temas, a proibição do uso de minas antipessoais e a campanha para instituir um Tribunal de Justiça Internacional tendo por objecto os genocídios e crimes contra a humanidade. Muito interessante. Porém, o que chama a nossa atenção de especialista é o capítulo (pp. 248-267) sobre as sanções impostas pelas Nações Unidas à UNITA e o tráfico de diamantes. Nesta parte do livro podemos seguir a história das medidas, cada vez mais severas, que, sob o impulso do Canadá, a partir de 1999, fecharam o filão financeiro que, por fim, acabaria por reduzir consideravelmente os apoios africanos de Savimbi e as suas possibilidades de aprovisionamento de armas. Interessante.

Ainda no mesmo registo, o livro de Esref Aksu<sup>15</sup>, professor na Irlanda, mas que estudou na Austrália, é um trabalho de relações internacionais que examina a evolução das normas de intervenção (ou de não intervenção) da ONU nos conflitos internos que assolam diversos países. O livro aborda

<sup>13</sup> Jussi Hanhimäki, *The Flawed Architect. Henry Kissinger and American Foreign Policy*, Oxford University Press, 2004, xxii-554 páginas, com fotografias a preto e branco.

<sup>14</sup> Andrew F. Cooper, John English e Ramesh Thakur (coords.), *Enhancing Global Governance. Towards a New Diplomacy?*, Tóquio, United Nations University Press, 2002, xi-308 páginas.

<sup>15</sup> Esref Aksu, *The United Nations Intra-state Peacekeeping and Normative Change*, Manchester, Manchester University Press, 2003, xii-241 páginas.

quatro casos, entre os quais, uma vez mais, Angola (pp. 155-178). Pelo menos outras dez obras já trataram este problema, sem falar do testemunho dos principais actores. Todas as fontes do autor são, obviamente, em inglês. A originalidade, outrora exigida às teses — pelo menos em França —, deixou de ser um objectivo a alcançar. E é necessário que todo o mundo universitário viva. Foram tantos que morreram em Angola e que nem sequer sabiam ler, ou que nem sequer, alguma vez, viram um livro, nem ouviram falar de Kissinger ou da rainha Jinga!

Como estamos a falar de iliteracia, recomendo um livro<sup>16</sup> que contém uma longa (pp. 150-196) e brilhante síntese sobre a situação linguística em Moçambique. Um não-especialista, como eu, ficará a saber que em 1996-1997, segundo um inquérito oficial, numa população de 16 135 403 habitantes, 489 915 reivindicavam o português como língua materna, isto é, cerca de 3% do total. E, como não existem nesta população 489 915 pessoas de raiz portuguesa nem, provavelmente, estas serão sequer 89 915, devemos concluir que na cidade, pelo menos, uma pequena parte da população africana prefere o português a qualquer outra língua vernacular, o que é auspicioso para o futuro da lusofonia. Ou será que se trata de uma ilusão suplementar? Notamos igualmente que estes «lusófonos de nascimento» são mais numerosos no Sul do que no Norte. Em Maputo-Cidade são cerca de 17,7%, 10,3% na província de Maputo, mas apenas 3,6% em Inhambane, 2,6% na província de Sofala, 1,6% na Zambézia, 0,9% na província de Nampula e 0,3% em Cabo Delgado. Estas estatísticas estão prenhes de ensinamentos. Elas mostram o desequilíbrio da presença portuguesa na época colonial, agravada pela fuga dos colonos. Este texto fornece muitos dados que desconhecíamos (por exemplo, anuncia a criação a curto prazo de uma universidade, Mussa Bin Bique, em Angoche que será um centro cultural para o ensino do árabe!) sobre a vida cultural de Moçambique e das suas instituições. As conclusões do autor (Armando Jorge Lopes) sobre o papel do inglês em relação ao português e às línguas africanas parecem-me fundadas sobre o bom senso.

Deixemos por momentos os lusófonos e passemos aos hispanófonos — ou aspirantes a — de África. Neste caso, situamo-nos numa encruzilhada de ambições e de ilusões. Um livro, que me parece equilibrado, de um jornalista do *Financial Times*, Toby Shelley<sup>17</sup>, descreve correctamente as

<sup>16</sup> Richard B. Baldauf, Jr e Robert B. Kaplan (coords.), *Language Planning and Policy in Africa*, vol. 1, *Botswana, Malawi, Mozambique and South Africa*, Clevedon (Inglaterra), Multilingual Matters, 2004, v-282 páginas.

<sup>17</sup> Toby Shelley, *Endgame in the Western Sahara. What Future for Africa's Last Colony?*, Londres, Zed Books, 2004, xi-215 páginas, com fotografias a preto e branco.

ambições marroquinas no Sara — o que é normal neste domínio —, mas também as da França, dos Estados Unidos, da Argélia e, naturalmente, da POLISARIO e da Espanha, que estão longe de serem sempre concordantes. Particularmente úteis são as páginas sobre aquilo que o autor designa por «o sonho do alquimista», isto é, a procura petrolífera no Sara Ocidental (por enquanto apenas potencial) e a exploração dos fosfatos em Bou Craa, lugar visitado por Shelley. É provável que actualmente sejam extraídas cerca de 3 a 4 milhões de toneladas anuais, às quais crescem os recursos da pesca, que fazem de Marrocos um grande exportador de produtos do mar. A colonização marroquina do antigo deserto espanhol é um fenómeno central, mas não irreversível, segundo o autor, que aposta no papel dos sarianos, dependentes da administração de Rabat, para fazerem mudar a situação. As acrobacias diplomáticas para definir quem são os verdadeiros habitantes, a evolução doutrinal e social da POLISARIO, as dissensões no seu seio e outros factores ainda mais complexos são bem analisados nesta obra. A bibliografia utilizada não contém praticamente nenhum livro em espanhol.

O mesmo se diga de um estudo universitário francês<sup>18</sup> que tem por objecto o insucesso das Nações Unidas para organizarem um referendo na região. Mais centrada no plano diplomático — volta a falar-se de uma repartição do território —, político e jurídico, esta obra parece muito pessimista quanto às hipóteses de a POLISARIO vir a obter a sua independência. O autor conclui: «O movimento independentista já não tem o seu destino nas mãos» (p. 183). Talvez, mas será pela cabeça dos sarianos que este assunto será resolvido, seja dos que vivem no interior do território, seja dos que habitam no exterior. O que faz lembrar extremamente o caso de Cabinda. Quando estamos fracos, atravessamos fases em que devemos diminuir as nossas ambições, mas as paixões, essas, não morrem assim tão facilmente. Adiante!

No domínio das ilusões demasiado ambiciosas, assinalamos com prazer o pequeno trabalho de Dolores García Cantús<sup>19</sup>, que exumou dos arquivos um relatório do governador da Guiné Espanhola de 1873 que, perante os reveses consecutivos da Espanha face à preponderância britânica nos planos económico, religioso e linguístico, recomendava pura e simplesmente o abandono da colónia que ele administrava. É verdade que se vivia em pleno realismo republicano, mas esta posição é, ainda assim, rara como proposta de um governador colonial — oficial da marinha — ao governo central.

<sup>18</sup> Laurent Pointier, *Sahara occidental. La controverse devant les Nations unies*, Paris, Karthala-Institut Maghreg-Europe, 2004, 226 páginas.

<sup>19</sup> Dolores García Cantús, *Abandonar Guinea: Informe de García Tudela al Gobierno de la República, 1873*, Vic (Espanha), Ceiba Ediciones, 2004, 94 páginas.

Trata-se de uma posição quase revolucionária, de dobrar a bandeira que estava encarregue de defender, porque não lhe são dados os meios que permitissem prolongar este «domínio imaginário» (p. 85). É fascinante e é absolutamente necessário que a autora publique a sua tese sobre Fernando Pó entre 1778 e 1900. Finalmente, começamos a ver de forma mais nítida por entre a teia de mitos e lendas tecida pelos franquistas em matéria de história colonial.

Mas voltemos aos nossos queridos lusófonos, que ficarão provavelmente muito contentes por saberem que já podem ler, em português, o relato da viagem política<sup>20</sup> efectuada por um dos raros marxistas — talvez mesmo o único — que seguiram a campanha eleitoral da RENAMO em 1994. Como não gostava mesmo nada da propaganda da FRELIMO e dos seus amigos, este trotskista declarado não lhe poupa nenhuma das suas flechas. E é um adversário temível. Acompanhando o circo eleitoral, de Cabo Delgado a Maputo, oferece-nos uma visão única do aparelho político da RENAMO, da sua recepção popular, das suas forças, das suas fraquezas e — ainda mais interessante — recolhe numerosos testemunhos sobre os movimentos anticolonialistas, organizados ou não, nomeadamente dos anos 1940-1950. Como já referi anteriormente a importância, para os politólogos, deste diário de campanha, publicado inicialmente em francês, resta-me reenviar o leitor para o texto, admiravelmente rico em notas, Não sei se as ilusões levam a melhor sobre as ambições do investigador, mas o que é certo é que as paixões, essas, revelam-se sem qualquer restrição. O que parece normal num país que acabou de sair de uma guerra civil impiedosa. Agora é necessário que o autor faça o mesmo percurso do lado da UNITA, se um dia chegarem a realizar-se eleições livres em Angola.

Num domínio muito próximo, não podemos deixar de recomendar o enorme número anual da *Lusotopie*, na sua edição de 2003<sup>21</sup>, intitulado *Violences et contrôle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa*. A cada número, espanto-me com a riqueza de cada novo volume. Para nos limitarmos unicamente aos artigos que dizem respeito ao «antigo ultramar», refiramos, entre outros, «Ma-Tuga no mato. Imagens sobre os portugueses em discursos rurais moçambicanos», um texto sobre Angoche no século XIX, um outro sobre o «golpe de Estado» de Julho de 2003, em São Tomé, outro sobre o «caso Cardoso», em Moçambique, etc. Na minha opinião, em língua francesa, não existe nada de comparável — mesmo de longe —, com esta revista, se quisermos seguir a evolução da investigação relativa aos suces-

<sup>20</sup> Michel Cahen, *Os Outros. Um historiador em Moçambique, 1994*, Bâle/Basel, P. Schlettwein Publishing, 2004, 229 páginas, com mapas.

<sup>21</sup> Camille Goirand (dir.), *Lusotopie 2003. Violences et contrôle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa*, Paris, Karthala, 2004, 562 páginas, com ilustrações.

sores do Terceiro Império. No entanto, é necessário restabelecer a secção «Miettes», que constituía uma fonte bibliográfica muito importante.

Voltemo-nos agora para questões mais pontuais com *SAS Rhodesia*<sup>22</sup>. Sem surpresas, trata-se de um livro dedicado à glória das tropas de elite rodesianas, desaconselhado a leitores de coração sensível. Se o referimos aqui é porque ele traz, pelo discurso e pelas imagens, numerosas informações sobre as operações de comando montadas em Moçambique, por vezes muito longe da fronteira, pois encontramos estas tropas em acção, minando um caminho de ferro, perto de Moatize. Um mapa a cores e um quadro recapitulativo dão-nos conta das suas actividades desde Maio de 1972, isto é, desde o período colonial, no distrito de Tete. Se contei bem, são mencionadas 167 operações dos homens do Special Air Service em Moçambique até Dezembro de 1979. Tratava-se dos mais duros soldados que chegaram a montar operações anfíbias (com o apoio da marinha sul-africana) contra o porto da Beira, beneficiando de informações e guias fornecidos pela RENAMO. É um livro de recordações regimentais nostálgicas, com uma iconografia luxuosa extraordinária, onde as paixões se casam bem com as ambições.

Mais «serenos», dois textos saídos da antena local da Konrad-Adenauer-Stiftung<sup>23</sup> que nos espanta um pouco ver publicados em Maputo. Espanto este que nos reconforta, pois em quantos outros países africanos poderíamos ver publicar e difundir críticas tão acutilantes contra o poder? Por exemplo, «o incidente de Montepuez e o subsequente (a morte por asfixia de 119 detidos encarcerados numa cela de 21 m<sup>2</sup>, após privação de comida e água) deixam transparecer a negligência «por defeito» dos direitos humanos no país e a fragilidade do Estado de direito» (p. 28 da secção em português). Parece que estamos no tempo da PIDE ou sob Amin Dada. É verdade que Montepuez fica muito longe do Polana; ainda assim, por menos do que isto, qualquer regime democrático seria derrubado na Europa. Mas em Montepuez não estamos nas margens do lago de Genebra. Assim, encontramos neste texto bilingue uma análise política que só pode ter sido feita no terreno e num clima de relativa liberdade de expressão. Pelo pouco que um observador externo da realidade local pode julgar, os reparos e conclusões das duas autoras podem parecer severos, ainda que fundamentados. Elas não poupam nem a FRELIMO, nem a RENAMO, nem a justiça, nem os funcionários, nem as ONG, nem, evidentemente, os corruptos que

---

<sup>22</sup> Jonathan Pittaway e Craig Fourie, *SAS Rhodesia. Rhodesians and the Special Air Service*, Musgrave (África do Sul), Dandy Agencies, 2003, 320 páginas, com numerosas ilustrações.

<sup>23</sup> Anícia Lalá e Andrea E. Ostheimer, *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*, Maputo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003, viii-82 páginas + viii-72 páginas na tradução inglesa incorporada.

gravitam à volta do poder, e propõem medidas radicais que, tendo em conta o resultado das eleições de 2004, não parecem estar prontas a serem postas em prática.

Mas podemos sempre sonhar lendo outra publicação<sup>24</sup> desta mesma Fundação alemã, sediada em Maputo, intitulada *O Controle Social do Poder Político em Moçambique*. O facto de serem os alemães a propiciarem o debate sobre o processo democrático em Moçambique dá conta da aceleração vertiginosa da história colonial. Há pouco mais de um século, o Kaiser lamentava-se por não se ter apoderado de Lourenço Marques e, em 1917-1918, o general von Lettow-Vorbeck conduzia o seu sanguíneo safari bem para além de Montepuez. E agora?

Agora terminaremos com o texto<sup>25</sup> de um antigo cidadão da República Democrática Alemã (RDA), ex-cooperante em Moçambique (Kanimambo!) e em Angola, que dá forma às suas lembranças de missionário da assistência técnica socialista a um país «irmão» ou, talvez, apenas «primo». Este conselheiro pedagógico começa, em 1984, por Angola, onde viverá (em Luanda) durante três anos. Mas, em Abril de 1990 (data tardia), o Ministério da Educação Popular da RDA envia os seus últimos peritos para Moçambique. O autor faz parte deste grupo, permanecendo em Moçambique após a reunificação alemã e continuando a ocupar-se de assuntos pedagógicos em Maputo. As suas considerações sobre as 900 crianças moçambicanas educadas na Alemanha — em circuito fechado, próximo de Magdeburgo — a partir de 1982 parecem pertinentes. Desenraizadas, no seu regresso a Moçambique muitas delas foram obrigadas a ingressar à força no exército da FRELIMO assim que desembarcaram no aeroporto de Maputo (p. 89). O autor permanecerá cinco anos e meio em Moçambique, o que lhe permitiu observar os soldados da ONUMOZ em actividade.

O interesse deste livro, de ambições modestas, reside no facto de ser o produto de um matemático que parece ter rompido com a rigidez do endoutrinamento comunista para cultivar a sua paixão por África. É já significativo que essa paixão persista depois de ter passado oito anos e meio nas grandes capitais «palopianas».

*Redigido em Janeiro de 2005.*

*Tradução de Carla Araújo*

<sup>24</sup> *O Controle Social do Poder Político em Moçambique*, Maputo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004, 92 páginas.

<sup>25</sup> Hans-Peter Otto, *Kanimambo. Ein Afrikanisches Tagebuch*, Leipzig, Engelsdorfer Verlag, 2004, 201 páginas.

# Sonhos imperiais

HELDER MACEDO

A ideia de Império tal como foi pensado no Portugal contemporâneo é o tema deste livro organizado por Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira, em que colaboram Eduardo Lourenço, António Sousa Ribeiro, Maria Manuel Lisboa, Luís de Sousa Rebelo, Paulo de Medeiros, Abdoolkarim Vakil, entre outros. Neste ensaio, Helder Macedo, escritor e professor catedrático da Universidade de Londres, reflecte sobre a importância de uma obra que se propõe exorcizar velhos fantasmas das identidades nacional e europeia

**F**antasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo, agora editado pela Campo das Letras, com apoio do Instituto Português do Livro, resulta de dois colóquios internacionais no Instituto de Estudos Românicos da Universidade de Londres em dois anos consecutivos (2000 e 2001) e coordenados pelas duas organizadoras do livro, Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira.

Margarida Calafate Ribeiro trabalhava então no King's College da Universidade de Londres, onde completou uma brilhante tese de doutoramento que vai sair em livro, na Afrontamento, em Abril ou Maio deste ano, com o título *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo na Literatura Portuguesa*. Ninguém, portanto, mais bem qualificada para nos ajudar a pensar em «fantasmas e fantasias imperiais». Infelizmente para a Universidade de Londres (à qual no entanto continua ligada como "Research Associate" do King's College) «perdemos» a Margarida para o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde está a fazer investigação pioneira sobre a presença das mulheres portuguesas na Guerra Colonial. Será outro importante livro, previsto para 2005.

Quanto a Ana Paula Ferreira, basta dizer que é um dos professores mais prestigiados de estudos portugueses nos Estados Unidos, onde foi recentemente promovida a catedrática na Universidade da Califórnia, em Irvine. Tem uma vasta bibliografia sobre a literatura portuguesa contemporânea, que inclui dois livros publicados pela Caminho em Portugal: *Alves Redol e o Neo-Realismo Português e A Urgência de Contar: Contos de Mulheres dos Anos 40*. A sua metodologia crítica combina uma informação teórica sempre actualizada com uma argúcia analítica muito pessoal e, por isso, extremamente estimulante. Não admira, portanto, que Margarida Calafate Ribeiro a tivesse querido como co-organizadora dos colóquios no Instituto de Estudos Românicos e deste livro.

A ideia de Império sempre fez parte do imaginário português. E, como dizem Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira logo na primeira frase da excelente Introdução, «todos os impérios [...] são, em grande parte, ficções de uma nação em busca de universalidade». Ora, quero crer que do fictício ao fantasmático – das fantasias aos fantasmas – vai um pequeno passo; são categorias complementares no antes e no depois. E a pergunta que se impõe é se a universalidade buscada é, de facto, universalizante, ou se é redutora da universalidade a partir de um «mesmismo» determinado pela perspectiva imperial. A miragem de todos os impérios é sempre a imagem transposta das nações imperiais. Assim, para dar alguns exemplos dos tempos heróicos da formação do império português, a China de Fernão Mendes Pinto – onde até se encontrou um Menino Jesus ensinando os doutores – é uma imagem inversa da Europa que desse modo pretendia criticar. O seu propósito não era tanto o de entender o modelo social dos outros que lá encontrara quanto corrigir o seu próprio modelo social europeu. O que aliás já não é mau. Camões, por seu turno, ao caracterizar uma sua amante africana e uma outra sua amante oriental com a nobre linguagem europeia do petrarquismo, está sem dúvida a dignificá-las, mas é uma digni-

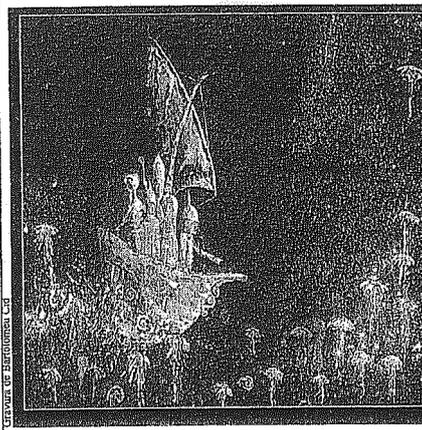
ficação feita em termos de semelhança e não da diferença. Está a dizer que elas não são piores do que as louras Lauras e brancas Beatrices da cultura europeia – o que também já não é mau. Porque muito pior é quando uma tontinha virtuosa como Dona Leonor de Sousa Coutinho se mete num buraco para morrer vestida de terra quando os cafres, eles próprios presumivelmente semi-nus, lhe roubaram a roupa; ou quando um sexualmente obcecado Pêro Vaz de Caminha vê na nudez dos Índios do Brasil a evidência do mito bíblico da inocência anterior ao pecado de Adão. Tudo isto, melhor ou pior, representa um desejo de universalização de uma cultura própria em detrimento da especificidade das culturas dos outros. O que acontece depois, quando chega o fim dos impérios, constitui a temática deste livro.

**O**s textos nele incluídos – catorze ao todo, vários deles de carácter comparativo e pluricontinental – formam uma vasta, rica e multifacetada, mas coerente, reflexão a partir da análise de discursos literários, visuais, historiográficos e ensaísticos que – como dizem as organizadoras – «ao longo do século XX e, em particular, no período pós-

das)», David Brookshaw («Revisitando os Fantasmas Imperiais: *Nocturno em Macau*, de Maria Ondina Braga»), Hilary Owen («La vie en rose»: Post-scriptum a um Império Assombrado - Sobre *A Arvore das Palavras*, de Teolinda Gersão») e Phillip Rothwell («Galerias de Sombras: *Partes de África*, de Helder Macedo») procuram possíveis respostas a esta questão pela reavaliação das «casas portuguesas imperiais» que oferecem. Francisco Bethencourt, numa perspectiva mais alargada, traz para o debate as artes visuais e a literatura, contrapondo-as à historiografia, pelo seu pioneirismo na desconstrução da memória imperial e Maria Manuel Lisboa propõe uma reveladora leitura ideológica da memória política imperial na obra de Paula Rego. Por seu turno, o excelente ensaio de Luís de Sousa Rebelo versa sobre uma aparentemente marginal obra da nossa literatura pós-25 de Abril, de Manuel da Silva Ramos e de Alface, *os Iustadas*, expressamente grafados com minúscula, anunciando assim a visão anti-épica que enforma a obra na sua tentativa, paródica e por vezes hilariante, de superação do «mito do Iustada».

Mas talvez nada melhor para compreender os nossos fantasmas, e a especificidade do caso português, como a sua contextualização num universo multinacional mais amplo. Em «O Reconhecimento dos Fantasmas do Passado», Jo Labanyi lida especificamente com o caso da Espanha pós-imperial depois de 1898, sugerindo, no entanto, que esse representa «um processo ainda mais marcado no caso português». Neste contexto a autora escreve o seguinte: «Os fantasmas são, por definição, os vencidos da História: aqueles cujas histórias, por qualquer razão, não puderam ser contadas. Assim, os fantasmas contêm sempre um sentido potencial que foi tragicamente interrompido; a ideia de um assunto inacabado – e é isso, tanto

quanto a violência, que constitui a 'má morte'. [...] Noutras palavras, os fantasmas são a corporização de um luto impossível de completar porque as condições do luto – uma 'boa morte', um 'corpo bem enterrado' – não se cumpriram. Por isso o fantasma regressa exigindo um enterro apropriado e o respeito que lhe é devido para que o processo de luto possa ter início».



**Na segunda metade do século XX, as colónias só passaram a existir na literatura portuguesa a partir do início da Guerra Colonial e, sobretudo, depois da independência das colónias. É uma literatura de perda e não de encontro**

25 de Abril, se fazem enformar por fantasias e fantasmas insepultos do império». As organizadoras perguntam se o fenómeno pós-colonial português onde mais fantasmaticamente se perpetuam as ficções portuguesas de uma universalidade imperial não será a chamada «lusofonia». Seguindo a definição, proposta por Boaventura de Sousa Santos, da cultura portuguesa como uma «cultura de fronteira» – segundo o sociólogo, uma cultura que tem forma mas não tem substância – as organizadoras vão aproximar-se do fim da sua Introdução com uma outra pergunta fundamental: «Neste princípio de século em que o tempo europeu não é mais sinónimo de tempo universal, ainda que o designemos por pós-colonial na esperança ambígua de nesta forma reerguer uma ordem temporal que foi intrinsecamente europeia, transformando-a num tempo múltiplo no coração da Europa, que papel cabe a Portugal, carente das suas fantasias imperiais, desconfiado da sua modernidade europeia e de certo colocado na semipriferia do mundo?» Ensaio como os de Paulo de Medeiros («Casas Assombra-

das), David Brookshaw («Revisitando os Fantasmas Imperiais: *Nocturno em Macau*, de Maria Ondina Braga»), Hilary Owen («La vie en rose»: Post-scriptum a um Império Assombrado - Sobre *A Arvore das Palavras*, de Teolinda Gersão») e Phillip Rothwell («Galerias de Sombras: *Partes de África*, de Helder Macedo») procuram possíveis respostas a esta questão pela reavaliação das «casas portuguesas imperiais» que oferecem. Francisco Bethencourt, numa perspectiva mais alargada, traz para o debate as artes visuais e a literatura, contrapondo-as à historiografia, pelo seu pioneirismo na desconstrução da memória imperial e Maria Manuel Lisboa propõe uma reveladora leitura ideológica da memória política imperial na obra de Paula Rego. Por seu turno, o excelente ensaio de Luís de Sousa Rebelo versa sobre uma aparentemente marginal obra da nossa literatura pós-25 de Abril, de Manuel da Silva Ramos e de Alface, *os Iustadas*, expressamente grafados com minúscula, anunciando assim a visão anti-épica que enforma a obra na sua tentativa, paródica e por vezes hilariante, de superação do «mito do Iustada».

Mas talvez nada melhor para compreender os nossos fantasmas, e a especificidade do caso português, como a sua contextualização num universo multinacional mais amplo. Em «O Reconhecimento dos Fantasmas do Passado», Jo Labanyi lida especificamente com o caso da Espanha pós-imperial depois de 1898, sugerindo, no entanto, que esse representa «um processo ainda mais marcado no caso português». Neste contexto a autora escreve o seguinte: «Os fantasmas são, por definição, os vencidos da História: aqueles cujas histórias, por qualquer razão, não puderam ser contadas. Assim, os fantasmas contêm sempre um sentido potencial que foi tragicamente interrompido; a ideia de um assunto inacabado – e é isso, tanto quanto a violência, que constitui a 'má morte'. [...] Noutras palavras, os fantasmas são a corporização de um luto impossível de completar porque as condições do luto – uma 'boa morte', um 'corpo bem enterrado' – não se cumpriram. Por isso o fantasma regressa exigindo um enterro apropriado e o respeito que lhe é devido para que o processo de luto possa ter início».

Coincidentemente, noutro texto, que é o último do livro, intitulado «Questões inacabadas: colonialismo, Islão e portugalidade», Abdoolkarim Vakil usa como epígrafe uma citação de Salman Rushdie, tirada do seu controverso romance *Os Versos Satânicos*, que, em tradução, diz o seguinte: «O que é um fantasma? Um assunto inacabado, só isso.» As relações do imperialismo português com o Islão, tema paradigmático cuja importância extravasa para os mais graves equívocos que afligem o mundo actual, é de facto um dos assuntos inacabados, porque menos estudados, da nossa História. E, no entanto, do mesmo modo que, até ao século XIX, a verdadeira capital de Angola não era Lisboa, mas algures no Brasil, a capital de Moçambique era Goa, de onde ia a maior parte dos comerciantes que tinham contacto directo com as populações locais e onde se formavam médicos que estavam autorizados a exercer clínica nessa colónia administrativamente portuguesa, mas em princípio não em nenhuma outra e certamente não na Metrópole. Exemplo do ressentimento destes médicos luso-descendentes da Índia é Germano Correia, um dos criadores do «fantasma/fantasia» da raça na história da colonização portuguesa, revisitado por Cristiana Bastos no ensaio, sem dúvida pioneiro, «Um Luso-Tropicalismo às Avestas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia». Desta Índia, realidade de poucos e mito de quase todos os portugueses, também nos fala David Jackson, defendendo, neste contexto, a relação profunda existente entre a ideia de império e a teoria das ruínas – vestígios que o ensaísta traz à luz do dia, da arquitectura à linguística ou à literatura, para nos fazer pensar na escassez de estudos sobre esta presença e convidando-nos a experimentar

«a admiração e o assombro» de um passeio às ruínas de Chaul. Se, como já sugeri, os vários escritores portugueses dos séculos XVI e XVII reflectiram, de um modo ou de outro, uma percepção nem que fosse apenas transposta do império, começou a haver um crescente desinteresse pela sua realidade factual no século XIX, sobretudo a partir da independência do Brasil. O próprio Brasil, por exemplo nas novelas de Camilo Castelo Branco, passou a ser uma espécie de não-lugar onde os portugueses iam para poderem dele voltar diferentes. O mesmo, a despeito da dimensão africana de *A Ilustre Casa de Ramires*, acontece em Eça de Queirós. A grande excepção na primeira metade do século XX teria sido Fernando Pessoa, se a sua concepção imperial não se processasse sobretudo ao nível de um imaginário milenarista que tinha mais a ver com o seicentismo de Vieira do que com a realidade factual das colónias que então havia. Nesta linha conduz-nos Eduardo Lourenço no ensaio de abertura, cujo percurso pelas fúnebres e nostálgicas simbolizações do império finissecular (de Cesário Verde, António Nobre, Camilo Pessanha e Mário de Sá-Carneiro) se derrama no «canto reparador» de Pessoa, imaginando uma nova ordem imperial. É este sonho de império poético (ou espiritual) que António Sousa Ribeiro coloca como centro da sua leitura comparativa dos modernismos português e austríaco, esses dois impérios de morfologias aparentemente opostas – um império territorial contínuo no coração da Europa em contraste com o modelo ultramarino e fragmentário português – mas de imaginários modernistas surpreendentemente semelhantes, como nos sugere o ensaísta ao aproximar as obras Hofmannsthal e de Fernando Pessoa.

**N**a segunda metade do século XX, as colónias só passaram a existir na literatura portuguesa a partir do início da Guerra Colonial e, sobretudo, depois da independência das colónias. É uma literatura de perda e não de encontro, de esvaziamento e não de preenchimento, como mostra Roberto Vecchi em «Das relíquias às ruínas. Fantasmas imperiais nas criptas literárias da Guerra Colonial». Tinha havido, é certo, algumas excepções – Castro Soromenho, José-Augusto França... – mas os escritores portugueses de facto participantes da realidade colonial foram aqueles que viviam nas colónias e que depois se assumiram como nacionais dos novos países independentes. É o caso, por exemplo, de Luandino Vieira em Angola e de José Craveirinha em Moçambique. Estes e outros escritores que se afirmaram depois da independência dos seus países – Pepetela, Mía Couto ... – são, é claro, notáveis escritores de língua portuguesa, expressões diversificadas da chamada lusofonia. Mas são também expressões de uma nova realidade mais ampla e não apenas literária.

Na verdade, para dar alguns exemplos não-literários nem portugueses, se os indianos adoptaram como suas as normas processuais do Parlamento inglês ou se os juízes nigerianos usam perucas brancas como se estivessem no Old Bailey, isso tanto pode significar o triunfo dos colonizadores quanto o triunfo dos colonizados, aquilo que o mesmo já citado Salman Rushdie (indiano, muçulmano e escritor de língua inglesa agora radicado nos Estados Unidos da América) caracterizou como uma espécie de vingança do império, «the empire strikes back». Porque tudo isto também significa que, se o modelo imperial europeu de que Portugal foi a nação pioneira chegou ao fim e se o neo-imperialismo americano que o substituiu entrou na sua fase belicosa e globalizante, a necessidade de uma «boa morte» e de «um corpo bem enterrado» para os fantasmáticos impérios do passado, como o português, se torna cada vez mais premente. Caso contrário, dado o nosso longo treino sebastiânico, ficaremos com este Romeiro à perna até o fim dos tempos.

Estas são, entre muitas outras, algumas das questões levantadas por este importante livro, que é tanto sobre o nosso passado colonial recente quanto sobre a nossa contemporaneidade pós-colonial, como nos «enuncia» a própria capa do livro, onde se reproduz a magnífica gravura de Bartolomeu Cid dos Santos, *The Portuguese Man of War*. Datada de 1961, esta é a obra pioneira da iconografia portuguesa sobre a Guerra Colonial e, portanto, também sobre o fim do império.

Margarida Calafate Ribeiro  
e Ana Paula Ferreira (org.)  
**FANTASMAS E FANTASIAS IMPERIAIS NO  
IMAGINÁRIO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO**  
Campo das Letras, 308 págs. 19,95 euros

\*Helder Macedo, Escritor e Professor Catedrático da Universidade de Londres

# Fantasmagorias peregrinas

Dois livros que revisitam a ideologia e o imaginário portugueses

A ideia de império (colonial), arquetipicamente cantado por Camões, poetizada por Pessoa ou espiritualizada por António Vieira, assim como as suas respectivas ficções e mitos, não se configura apenas nos discursos políticos do poder, sedimentando-se e perpetuando-se através de sucessivas fases históricas, mas prolonga-se, fortalecendo-se, nas produções da arte, nas narrativas poético-literárias e no ensaísmo. É precisamente sobre este universo do imaginário, intrinsecamente ideológico, que a antologia de textos *Fantasmagorias e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo* (organização de Margari-

telectual crítica, reflectem, contudo, uma releitura do imaginário pós-colonial no contexto português, mais na perspectiva das narrativas culturais e identitárias do que da análise do discurso político e económico que marcou os movimentos anticoloniais e da reflexão em torno do neocolonialismo. Esta releitura é tanto mais pertinente quanto a retórica imperial, nas suas várias manifestações, se prolongou no tempo, carregando consigo os fantasmas do passado e instalando-se no imaginário português contemporâneo, nomeadamente em termos de narração literária e até de lusofonia (comunidade imaginária em que se reflectem velhas fantasias imperiais sublimadas?). Nesta medida, o livro analisa os discursos

literários, artísticos, ensaísticos e historiográficos que se produziram no século XX e sobretudo no pós-25 de Abril, e que espelham não só «fantasias e fantasmas insepultos do império» mas também a voz, tantas vezes tibia, dos que se liam opõem, numa quase terapia do trauma pós-colonial.

O título da obra, que antologia as intervenções de um conjunto interdisciplinar de investigadores, entre os quais Eduardo Lourenço, António Sousa Ribeiro, Jo Labanyi, Francisco Bethencourt, Maria Manuel Lisboa, Luís de Sousa Rebelo, Paulo de Medeiros, David Brookshaw, Hilary Owen, Phillip Rothwell, Roberto Vecchi, David Jackson, Cristiana Bastos e Abdoolkarim Vakil, decore de duas conferências internacionais no Institute of Romance Studies, da Univer-

sidade de Londres, promovidas em Março de 2000 e Janeiro de 2001 pelas organizadoras.

Em contrapartida, *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*, de Alberto Vilaça, advogado e militante antifascista (n. 1929, Coimbra), é um estudo que se pretende modesto, mas que se estrutura em estudos breves tendo por base uma boa pesquisa documental e testemunhos (memória política), nomeadamente do próprio autor, num registo



narrativo de «estórias dentro da História». Embora Coimbra seja o epicentro da análise de Vilaça, o alcance da obra é nacional e constitui uma notável radiografia dos primeiros tempos do salazarismo (que mais tarde viria a investir na mitologia do Império) e das forças de resistência cultural e política que se lhe opuseram (sobretudo a partir do golpe militar de 28 de Maio de 1926) no campo popular, estudantil e intelectual, organizadas num vasto leque de tendências ideológicas, desde as republicanas (liberais e de esquerda), socialistas e maçónicas, até às anarquistas, sindicalistas e comunistas. Aqui o imaginário é certamente outro, o das utopias, mas os fantasmas e fantasias também o percorrem inquietos.

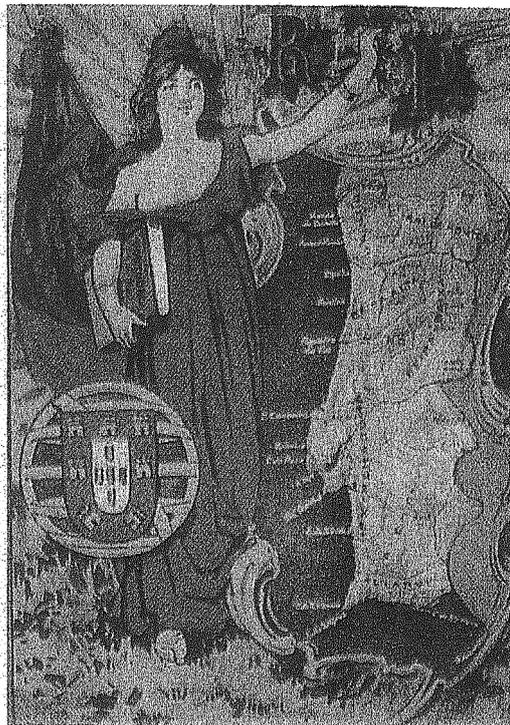
VÍTOR QUELHAS

**O discurso imperial prolongou-se no tempo, carregando consigo os fantasmas do passado**

da Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira) procura reflectir.

Todas as nações que cresceram territorialmente optando por uma estratégia expansionista construíram narrativas edificadoras e justificadoras do seu empenho imperial, que exaltam os conquistadores, determinados no seu espírito de missão e zelosos da sua pretensa superioridade moral e cultural, e diminuem o valor próprio dos conquistados e colonizados. Em retrospectiva, muitas dessas narrativas antes feitas de intenções e fantasias imperiais parecem agora quase pueris, sobretudo quando confrontadas ou cruzadas com os discursos criados no âmbito das novas comunidades (descolonizadas) que entretanto emergiram, com tradições e imaginários específicos nos territórios do império, refazendo deste modo a sua própria verdade histórica e cultural.

Os textos aqui apresentados, produzidos por uma elite



A figura feminina que simboliza a República, num postal da fase revolucionária

**Fantasmagorias e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo**

AAVV  
Campo das Letras, 2003,  
308 págs., €19,95

**Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo**

de Alberto Vilaça  
Campo das Letras, 2003,  
308 págs., €19,90

A narrativa do império, como aprendemos em muitos dos ensaios aqui coligidos, corre sempre o risco do poder; ontem, dizia já o nosso tão citável Fernando Pessoa, ao falar da sua belíssima noção de um

# A 'construção poética do

| MARIA IRENE RAMALHO\*

Como na sua introdução explicam as organizadoras, o livro para que aqui vou tentar aguçar o vosso apetite teve a sua origem em dois colóquios internacionais realizados no Institute of Romance Studies da Universidade de Londres, um em Março de 2000, outro em Janeiro de 2001. A organização dos colóquios esteve igualmente a cargo de Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira. A Ana Paula Ferreira é professora catedrática de Estudos Portugueses na Universidade da Califórnia, em Irvine. As suas inúmeras publicações incluem um livro intitulado "Alves Redol e o neo-realismo português" (Caminho, 1992) e outro, "A urgência de contar: Contos de mulheres dos anos 40" (Caminho, 2002), e vêm informadas pelo rigor e actualidade da teoria crítica e feminista, que é também uma das suas áreas de especialização. A Margarida Calafate Ribeiro é investigadora associada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e verá em breve publicado pela Afrontamento um livro que intitula "Uma história de regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo na literatura portuguesa" (Afrontamento, 2004).

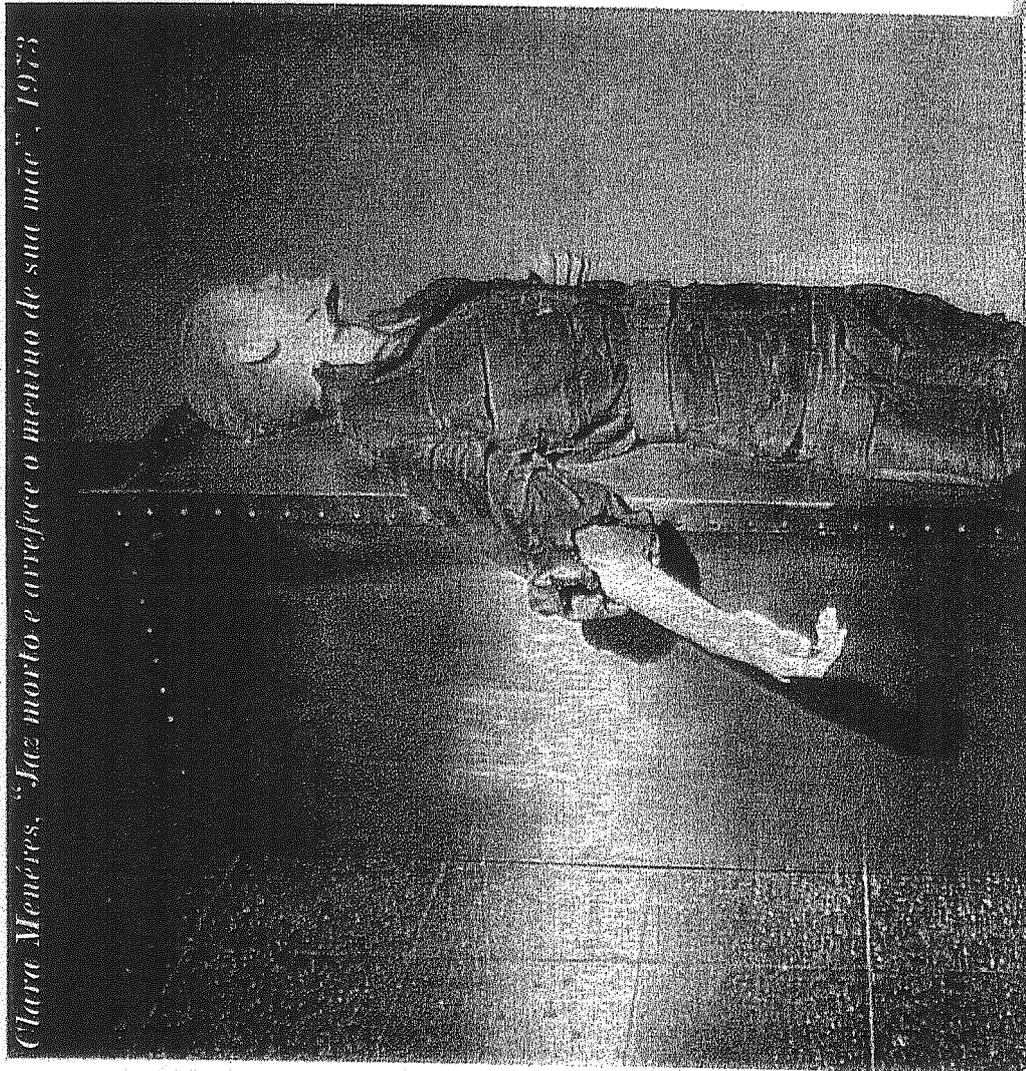
Palpita a esta leitora que a ideia dos colóquios terá partido da Margarida Calafate Ribeiro. Na preparação do livro que acabo de citar, resultante da sua dissertação de doutoramento no King's College de Londres, ter-se-á ela dado conta do muito que falta fazer em Portugal na área dos chamados "estudos pós-coloniais". Ainda recentemente, uma das conclusões do painel internacional que coordenei para a avaliação dos nossos centros de Estudos Literários financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia foi que a investigação neste âmbito é surpreendentemente escassa

entre nós. Alguns dos ensaios incluídos neste volume referem-se expressamente a esta falha, designadamente o de David Jackson, cujo título — "Aqui jaz nada. Fantasmas do império na Índia portuguesa" — antecipa a sua conclusão sobre o descaço a que os estudos sobre a permanência portuguesa na Índia tem sido votado entre nós. Vem-me à ideia os versos amargamente irónicos do Álvaro de Campos de Fernando Pessoa, naquele poema ("Opiário"), alegadamente escrito antes de Fernando Pessoa dele ter feito Álvaro de Campos, e que dizem assim: "Pertencem a um género de portugueses/Que depois de estar a Índia descoberta/Ficaram sem trabalho". A "descoberta da Índia" é aqui a metáfora do destino que Portugal se traçou no mundo no dealbar da modernidade, quer se fale do império como a grandeza do gesto de transcender as fronteiras estreitas de um país diminuto e tacanho (essa "imaginação do centro" a que porventura nenhum português é imune), quer dele falemos como a ocupação arrogante de terras e a subjugação racista de povos. Não é possível separar as duas perspectivas. A narrativa do império, como aprendemos em muitos dos ensaios aqui coligidos, corre sempre o risco de ser, ela própria, imperialista. Hoje fala-se da "colonialidade do poder"; ontem, dizia já o nosso tão citável Fernando Pessoa, ao falar da sua belíssima noção de "um imperialismo de poetas": "um imperialismo é sempre um imperialismo".

O trabalho que nos resta do suposto "fim do império", a nós que do império somos inescapavelmente herdeiros, é, como lucidamente sugere o génio poético de Pessoa, entendê-lo. Para isso contribui decisivamente esta importante colectânea de ensaios, em que incluo o estudo introdutório das organizadoras. A partir de um

**Fantasmas E Fantasmas Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo**

AUTOR Vários  
ORGANIZAÇÃO Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira  
EDITORA Campo das Letras  
312 págs., €19,95



Clara Meneses, "Jaz morto e arrefece o menino de sua mãe", 1973

vasto e criterioso, rigoroso e actual acervo de leituras, as autoras dão ao seu trabalho de recolha e organização de ensaios sobre o pós-colonialismo português o contexto ideológico-culturalista que hoje se impõe, na pegada teórica de Edward Said, Stuart Hall, Gayatri Spivak, Robert Young, Homi Bhabha, Kwame Anthony Appiah, Chandra Talpade Mohanty ou Anne McClintock. E na pegada ainda do português Boaventura de Sousa Santos, que tão eloquentemente vem sublinhando a necessidade de um enquadramento teórico específico para o entendimento adequado das especificidades do colonialismo português. As narrativas do império, sobre que se debruça esta obra, são necessariamente caivas

do próprio império (são essas as fantasias fantasmáticas para que aponta o título do livro), e a quem investiga não resta senão estar criticamente consciente disso mesmo.

"Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo" contém 14 ensaios originais sobre aquilo que eu estaria tentada a chamar a "construção poética do império" português. Abre com um ensaio de Eduardo Lourenço, que abre, por sua vez, citando os tercetos de um soneto de Pessoa, em que o multímodo poeta se figura metáfora desse vasto império onde jamais, como aprendi na escola, o sol se punha:

Venho de longe e trago no perfil,

Em forma nevoenta e afastada,  
O perfil de outro ser que desagrada  
Ao meu actual recorte humano e vil.

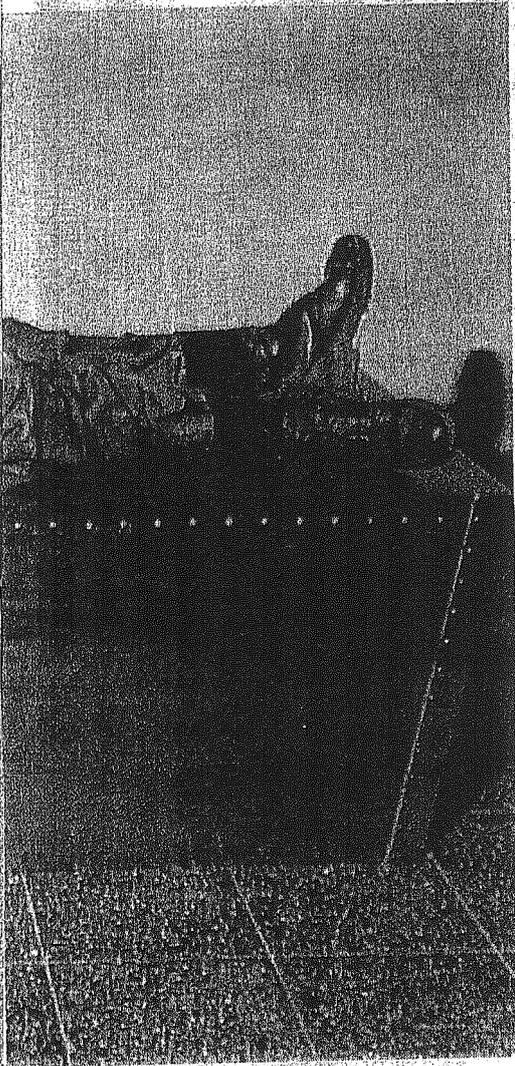
Outrora fui talvez, não Boabdil,  
Mas o seu mero olhar, da estrada  
Dado ao deixado vulto de Granada,  
Recorte frio sob o unido anil...

Hoje sou a saudade imperial  
Do que já na distância de mim vi...  
Eu próprio sou aquilo que perdi...

E nesta estrada para Desigual 30

de ser, ela própria, imperialista. Hoje fala-se da *colonialidade imperialismo de poetas: um imperialismo é sempre um imperialismo.*

## império' português



do "outro", o "mesmo" do "Desigual". Colonizador e colonizado têm de entender-se em radical promiscuidade. O último ensaio do livro, "Questões inacabadas: colonialismo, Islão e portugalidade", de Abdoolkarim Vakil, atá à ponta do (des)encontro de identidades lançada por Eduardo Lourenço ao citar o soneto em que Pessoa fala do último sultão de Granada, Boabdil ou Abu 'abd Allah Muhammad. Ao afar essa ponta, Vakil problematiza uma vez mais as definições, tantas vezes exclusivistas e redutoras, que os portugueses foram, e vão, dando de si próprios ao longo dos tempos.

Com duas excepções, os restantes 11 ensaios que compõem este volume buscam os fantásticos fantasmas do império português na literatura. As excepções são o artigo de Cristiana Bastos, que reflecte sobre o passado e o presente do racismo científico que informa a nossa cultura, e o artigo de Maria Manuel Lisboa, que mostra de forma magistral como na pintura de Paula Rego se confirma que é político o pessoal.

A literatura portuguesa, com destaque, não surpreendentemente, para a prosa e a narrativa de ficção, é a fonte principal das reflexões dos 9 ensaios que ainda não citei, e que se apresentam, todos eles, escorados nas mais recentes teorizações sobre a identidade, a nação e o pós-colonialismo. António Sousa Ribeiro socorre-se do seu vasto saber na área de estudos culturais comparados para justapor Fernando Pessoa e Hofmannsthal, descobrir afinidades entre os conceitos do "encontro de culturas" português e a "Mittleuropa" austríaca e assim revolucionar o nosso entendimento do modernismo literário. Jo Labanyi serve-se da sua sólida formação hispanista para sugerir, a partir dos "Espectros de Marx", de Derrida, a particularidade dos fantasmas que perseguem o imaginário português. Fran-

cisco Bêthencourt lança o seu olhar de historiador da "nova história" sobre romances de Lobo Antunes, Lídia Jorge e Helder Macedo. Luis de Sousa Rébello dá-nos a conhecer (pe-lo menos a mim deu a conhecer) uma anti-epopeia nacional que se adivinha hilariante em "os lusíadas", grafado com minúsculas, da autoria de Manuel da Silva Ramos e Alface (Assírio e Alvim, 1977). Paulo de Medeiros da realidade a alguns dos fantasmas, falando de casas assombradas em Lídia Jorge. David Brookshaw dedica o seu estudo à obra, tantas vezes esquecida, dessa interpeladora do Oriente que é Maria Ondina Braga: Hilary Owen ocupa-se da modernidade portuguesa que encontra estranha ("unheimlich") em "A árvore das palavras", de Teolinda Gersão. Philip Rothwell revisita o nascimento fantasmático do Portugal contemporâneo em África através da sua leitura de "Partes de África", de Helder Macedo. Finalmente, Roberto Vecchi disserta desconstructivamente sobre os conceitos que de certo modo negam ou difuem o "império" do título deste livro — "fantasma" e "fantasia". Ao denunciar-lhes a carga oximorónica (não dizia Pessoa que um imperialismo é sempre um imperialismo?), Vecchi força a pergunta mais importante de todas: que fantasmas imperiais se não deixarão facilmente conjurar e, subsequentemente, esconjurar?

Não estaria decerto nas mentes da Margarida Calafate Ribeiro e da Ana Paula Ferreira dar o assunto (que é como quem diz, o império) por encerrado. "Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo" é um excelente passo no bom sentido. Que outros lhes sigam as pisadas. .

\* Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora permanente do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

*Florem em esguia glória marginal  
Os girassóis do império que morri....*

O girassol, a flor que segue sempre o sol, foi Pessoa buscá-lo a William Blake:

*Ah Sun-flower! Weary of time,  
Who countest the steps of the Sun:  
Seeking after that sweet golden clime  
Where the travellers journey is done.*

*Where the Youth pined away with desire,  
And the pale Virgin shrouded in snow,  
Arise from their graves and aspire,*

*Where my Sun-flower wishes to go.*

É claro que o desejo, anunciado na segunda estrofe de Blake como desejo sexual (o Jovem e a Virgem desejam o lugar para que aponta o girassol), se transmuta em Pessoa no desejo, não menos líbrico, do lugar do império ausente. O utópico "doce clima de ouro" blakiano ou o pessoal "Oriente a oriente do Oriente" é que constituem o fantástico fantasma de que se ocupa este livro de Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira. Mas o curioso é que Pessoa se compare neste soneto ao olhar que o "mouro" Boabdil lança sobre a sua cidade de Granada antes do exílio derradeiro. Não é possível separar o "eu"